

Roda de Conversa sobre Necessidades Práticas e Interesses Estratégicos com a profa.

Gisela Zaremborg.

Sophia Cunha Afonso

O presente texto presta-se a resenhar a roda de conversa realizada com a Profa. Dra. Gisela Zaremborg, da FLACSO México. Essa roda foi realizada em Brasília, no dia 12 de Setembro de 2017, para participantes dos grupos TEDis e Genposs da Universidade de Brasília. Zaremborg indicou como leitura prévia o artigo “Género versus Pueblo?: mujeres, gobernanza local y democracia participativa em Brasil, Venezuela, Nicaragua y México” (ZAREMBERG, 2013).

A profa. Dra. Silvia Yannoulas iniciou a roda de conversa apresentando a professora Gisela Zaremborg. Fez uma pequena introdução sobre as categorias Necessidades Práticas e Interesses Estratégicos. Essas categorias foram criadas por Molyneux em 1985. Após sua criação, sofreram críticas e foram esquecidas. O grupo TEDis, em seu projeto Saberes Situados, propôs-se a resgatá-las. A professora Gisela também as resgatou em seus trabalhos, sendo, portanto, importante para o debate quanto ao uso destas.

Zaremborg iniciou sua exposição por meio de uma descrição conceitual das categorias, no âmbito dos interesses das mulheres. Assim, as Necessidades Práticas não levam à emancipação das mulheres, não questionam a desigualdade e os papéis designados a elas. Os Interesses Estratégicos, porém, são formulados com objetivo de analisar e questionar a subordinação e as desigualdades de gênero. Ela destaca que Molyneux, ao criar essas categorias, buscava principalmente responder a uma pergunta política: “Que capacidade tem os governos de esquerda para emancipar as mulheres?”.

A própria Gisela traz uma crítica realizada à utilização das categorias. Ela afirma que a diferenciação em categorias pode trazer uma visão reducionista, pois pode torná-las apenas instrumentos. Essa ideia reducionista poderia dizer às mulheres que elas não devem reivindicar necessidades práticas, somente interesses estratégicos. Isso pode afastá-las de suas

reivindicações, inclusive porque muitas veem em sua realidade apenas as necessidades práticas. Assim, Gisela defende que as categorias são úteis no âmbito de recuperar a pergunta política feita por Molyneux, mas não devem ser reduzidas a instrumentos de avaliação de políticas públicas.

Zaremborg continua sua exposição ao tentar responder sua própria pergunta: “Quando se muda de necessidades práticas para interesses estratégicos na história das mulheres (séculos XX e XXI)?”. Ela compara, então, a situação das mulheres após a obtenção do direito de votar e ser votada em diferentes países. Na Argentina - que possuía semelhanças com China, Rússia e Nicarágua - ela falou sobre o Partido Feminista Peronista, e que, por meio da mobilização, as necessidades práticas passaram a ser concebidas como direitos. Além disso, as mulheres obtiveram espaço público.

Nos EUA e na Inglaterra, por outro lado, quando as mulheres adquiriram o direito ao voto, sua importância política, assim como o seu “leverage”, foi reduzida. Os partidos fortes e tradicionais não precisam do apoio dessas mulheres, logo não há desenvolvimento de interesses estratégicos. Ela destaca que há uma cooptação dos interesses das mulheres e conseqüentemente um enfraquecimento delas. Assim, percebe-se que não há muita força nas necessidades práticas e menos ainda em interesses estratégicos.

Zaremborg procura compreender como se passa, ou não, de necessidades práticas para interesses estratégicos. Como marco temporal, ela fala dos anos 1950, quando existiam apenas 7,7% de mulheres em cargos eletivos. Em relação à participação das mulheres na vida pública, houve um aumento devido à mortalidade de homens conseqüência da II Guerra Mundial. A conclusão é que, desde esse momento, houve um enorme retrocesso em interesses estratégicos, um aumento na perseguição de organizações feministas e a anulação do aborto. Além

disso, ela traz o exemplo dos Conselhos Locais, expostos no texto indicado para leitura prévia. Nesses conselhos, quase 80% dos participantes são mulheres. Porém, não há forte presença de interesses estratégicos, pois pode haver mobilização sem que haja necessariamente a defesa de igualdade de gênero, assim como Molyneux percebeu na Nicarágua. No Brasil, Zarembeg estudou o Conselho de Desenvolvimento Rural na Bahia. Nele, não havia grande presença de mulheres (aproximadamente 15%), mas elas estavam extremamente conscientes dos Interesses estratégicos, questionando inclusive a presidente do conselho, que é mulher, mas que perpetua a subordinação das mulheres.

Zarembeg defende que o “tipping point”, ou ponto de transição (tradução livre), para transformar Necessidades Práticas em Interesses Estratégicos seria por meio da ação afirmativa. Para ela, a igualdade está por trás destas ações visando diminuir a desigualdade sistemática. Elas são a janela de oportunidade para que ocorra a transformação. Em seu trabalho de campo em Oaxaca (México), ela percebeu que as mulheres apenas faziam o trabalho de base para fortalecer os movimentos, como as comidas para manifestações e cuidar dos filhos.

As cotas foram, então, janelas de oportunidade para que as mulheres se destacassem nas organizações, por meio das redes dos partidos, e no ativismo institucional. Ela utilizou um exemplo da juíza que definiu que os partidos deveriam cumprir as cotas de candidaturas de mulheres em um determinado tempo. Caso não cumprissem, perderiam todas as suas candidaturas. Assim, ela destaca a importância do judiciário em apoiar as causas feministas.

Ao citar Carter, Zarembeg afirma que as cotas em 30% seria o ponto em que as mulheres mudam de subordinação para uma organização de grupo, desafiando a posição dominante e aumentando a probabilidade de se desenvolverem interesses estratégicos. Destaca-se que esses interesses estratégicos são conflitivos, pois sofrem influência de ideologias, religião e socialização das mulheres.

Iniciou-se, então, a abertura para perguntas das participantes da roda de conversa. A professora Marlene Teixeira, iniciou dizendo que se sentiu

contemplada, visto que, durante a exposição, Zarembeg indicou sua maior crítica ao uso das categorias: a desqualificação das Necessidades Práticas, que poderia afastar as mulheres. Além disso, Marlene expôs que as categorias trazem um risco de individualização das mulheres, por meio da responsabilização delas. Questiona também a dualidade entre política para as mulheres e políticas de gênero, que são dois conceitos distintos. Para ilustrar essas críticas, Marlene citou o programa Bolsa Família, uma política maternalista e que se inclui no âmbito da política para mulheres. Logo, esse programa não traz a emancipação feminina. Sua terceira consideração foi em relação à utilização dos Conselhos. Para ela, no Brasil há uma política delegativa, mas os conselhos não constituem local representativo da diversidade brasileira, visto que são locais “tomados” por corporações.

Em seguida, a profa. Lourdes Bandeira iniciou com alguns dados históricos, como o voto feminino no Brasil obtido em 1932, mas que foi resultado de estratégia política masculina, e não de articulação feminina. Logo, o voto feminino não representou interesse estratégico. A professora também afirmou que houve uma lacuna histórica, causada por uma tensão entre os movimentos das mulheres, que é conservador e defende necessidades práticas, e os movimentos feministas, que possuem perspectivas de interesses estratégicos. Para ela, a primeira grande conquista das mulheres brasileiras foi o divórcio. Inclusive, ela destacou que os planos nacionais de políticas para mulheres possuem ambiguidades em relação às categorias.

A participante Mariana buscou dialogar com os comentários anteriores, destacando os “maus usos e abusos” ocorridos ao se aplicar as categorias. Assim, ela destacou que não é possível separar essas duas categorias, mas que muitos as compreendem como separadas. Ela usou como exemplo uma conferência realizada em São Paulo sobre serviços de saúde, na qual uma necessidade prática era questionada como útil na luta pela igualdade. Algumas defendiam que não, mas sempre existia uma “mediadora feminista” que buscava a ressignificação e mostrava que não é necessário “jogar fora” as necessidades práticas, e sim, compreendê-las como um auxílio para as mulheres e

um possível passo para a transformação delas em interesses estratégicos.

A professora Lucélia buscou destacar que o Brasil é historicamente um país colonial e patriarcal cujas consequências se expressam também nessas categorias. As necessidades práticas são geralmente associadas a mulheres negras, cujo eixo de classe também está presente, e os interesses estratégicos são associados às mulheres brancas.

Célia, servidora da UnB, traz uma perspectiva de esvaziamento e descrédito em relação a partidos, instituições e sindicatos. De acordo com ela, as mulheres jovens defendem movimentos apartidários e as negras possuem um próprio termo, o “mulherismo”, que se oporia ao feminismo. A questão das classes sociais também não está presente nos debates nem nos movimentos de base que focam nas necessidades práticas.

Zaremborg respondeu às primeiras de questões ao afirmar que as categorias são utilizadas para analisar a pergunta política proposta por Molyneux, e não para analisar políticas públicas. Além disso, ela questiona como os partidos colocam as mulheres em seus meios, e afirma que isso ocorre caso elas consigam se mobilizar. Zaremborg concorda com Marlene ao afirmar que transladar as categorias para políticas públicas pode ser reducionista, iluminista e que certamente haverá problemas. Em relação às outras perguntas, Zaremborg acredita que o Brasil se encaixa no caso de restrição, no qual poucas mulheres têm pouca representação. Além disso, a presença de mulheres não é garantia de representatividade. Porém, ela é completamente a favor das cotas como ações afirmativas, citando novamente o caso do México. Em relação aos Conselhos, Zaremborg afirma que eles são extraparlamentares e que seu estudo deve ser complementado com instrumentos de participação direta.

Ao responder Mariana, ela concorda com o paradoxo entre igualdades de gênero e as necessidade populares, e afirma que a “tradutora feminista” tem dificuldades para chegar às massas e, quando chega, muitas vezes não consegue passar a mensagem e fazer-se compreender. Respondendo à Célia, Zaremborg expõe que também há um esvaziamento no México, assim

como uma rotulação das ideologias e o excesso de legislação com pouca implementação real. Os movimentos feministas tiveram papel importante na redemocratização, ao colocar seus interesses na agenda, porém os governos permaneciam conservadores. Assim, o México viveu uma “ditadura” sem militares, que fazem discursos institucionais, sendo conhecido como “conservadores modernizados”. Para ela, a solução para esse cenário é tomar as redes dentro das instituições. Logo, ela compreende as desilusões, mas entende que se deve ocupar os espaços para que os conservadores não os ocupem.

Na segunda bateria de questões, o professor Tibério destaca que tanto em reuniões e movimentos sobre gênero quanto sobre temas LGBT, a presença de mulheres e LGBTs é maioria. Ou seja, apenas pessoas que se interessam pelo tema o discutem e buscam aprender sobre ele, enquanto muitos que não entendem se excluem desses espaços e discussões.

Outra participante propõe o uso da violência como resposta, e questiona se ela seria classificada como necessidades práticas ou interesses estratégicos. Uma professora da UFU trouxe como questionamento “quem formula os interesses estratégicos?”, afirmando, a partir do livro de Angela Davis, que essas formulações dos interesses poderiam levar à exclusão de grupos.

Ao responder essas últimas questões, Zaremborg afirma que existem muitos problemas com a utilização de estratégias violentas, principalmente que oferece um aporte enorme para o autoritarismo, ou seja, seria uma “desculpa” para os discursos de ódio. Além disso, ela afirma que supor uma falsa homogeneidade dos interesses das mulheres é errado. Por exemplo, em mobilizações, costumam-se reunir as mulheres marginalizadas. As brancas de elite não costumam estar entre elas. Ela conclui afirmando que no feminismo a pluralidade é interessante.

A roda de conversa foi bastante esclarecedora. Gostaria de destacar a afirmação da professora Zaremborg, ao dizer que as categorias devem ser utilizadas como respostas à pergunta política e emancipatória de Molyneux, e não como instrumentos de avaliação de políticas públicas, fator que poderia reduzir sua utilidade e responsabilizar e afastar as mulheres. Além

disso, foi interessante perceber as diversas perspectivas sobre as categorias e o debate possibilitou trazer à luz temas surpreendentes, como o esvaziamento dos movimentos, o interesse de mulheres e LGBTs em discussões dos temas de gênero e sexualidade. Além disso, Zaremborg destacou a ditadura sem militares vivida pelo México, e hoje podemos perceber que o Brasil está caminhando para essa perspectiva, e já possui conservadores “modernizados” que se apropriam dos discursos, porém buscam reduzir direitos já conquistados.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. Informação e documentação – RESUMO – Apresentação. NBR 6028. Rio de Janeiro, válida a partir de nov. 2003.

MEDEIROS, João Bosco. Capítulo 7 – Resumo. In: MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: A

prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. 2da. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009, Páginas 123-143.

MOLYNEUX, Maxime. Mobilisation without Emancipation? Women’s Interests, the State and Revolution in Nicaragua. In: Women’s movements in international perspective: Latin America and Beyond. Institute of Latin American Studies, p. 38-59, 2001a

MOLYNEUX, Maxime. Analysing Women’s Movements. In: *Development and Change*, vol. 29, no. 2, 1998.

ZAREMBERG, Gisela. “¿Género versus pueblo?: mujeres, gobernanza local y democracia participativa em Brasil, Venezuela, Nicaragua y México”.

Presentada en el XXXI International Congress of the Latin American Studies Association, May 30 - June 1, 2013, Washington, DC. Disponível em:

<<https://www.researchgate.net/publication/272419092>>